

Parlamento dos JOVENS SECUNDÁRIO



No passado dia 14 de maio, os deputados, Alexandre Jorge e Ana Varatojo, e o jornalista, Miguel Rosário, da Escola Secundária de Porto de Mós deslocaram-se a Lisboa, com o intuito de participarem na sessão nacional do Parlamento dos Jovens 2018 na Assembleia da República.

Viajaram connosco, no transporte cedido pela AR, deputados, jornalistas e professores oriundos dos distritos de Leiria, Coimbra, entre vários outros.

Chegando ao belo Palácio de São Bento não tardou que todos tirássemos as suas câmaras e telemóveis para fotografar o mesmo.

Após entrarmos na AR, fomos redirecionados para uma sala onde nos foram distribuídas as credencias entre alguns livros com informações pertinentes sobre a casa da democracia portuguesa e também sobre o projeto que a todos nos levava ali, o Parlamento dos Jovens.

De seguida os deputados dos diferentes círculos foram distribuídos por comissões, tendo ficado a Escola Secundaria de Porto de Mós, pertencente ao círculo de Leiria, na 3ª comissão. Nesta comissão tiveram também lugar o círculo de Braga, o círculo de Coimbra, o círculo de Évora, o círculo de Faro, o círculo de fora da Europa e o círculo de Vila Real.



As comissões iniciaram um debate prolongado e profundo, relembro que o tema deste ano era a Igualdade de Género, deixando os jornalistas com algum tempo para visitar o Palácio de São Bento, onde conhecemos melhor toda a sua história, património, bem como de todas as suas funções.



Após a belíssima atuação do Coro Juvenil de Lisboa e de tomarmos uma refeição, rumamos até ao Inatel de Oeiras onde nos preparamos para o dia seguinte e podemos, merecidamente, ao fim de um dia cheio, pernoitar.

Dia 15 de maio, acordámos e fomos tomar o pequeno almoço na cantina do Inatel, diga-se, acompanhados por uma vista arrebatadora sobre o leito do Tejo.



De volta aos autocarros rumamos, uma vez mais, aquela que é a casa de todos os portugueses, mas que nestes dias tinha um sabor mais pessoal, mais vivido, para todos nós diria, mais real.

No dia anterior todas as comissões finalizaram a sua proposta de projeto de recomendação a enviar para análise a todos os partidos da AR. No entanto, ainda não passavam de propostas, pois o documento que veria a ser entregue à AR tinha obrigatoriamente de ter número igual ou inferior a 10 medidas, tendo todas elas de ser votadas e analisadas por todos os deputados de todos os círculos do país e convidados do estrangeiro.

Deu-se o início à primeira parte (manhã) desta sessão final com a apresentação dos intervenientes da cerimónia de abertura:

- Presidente de Mesa - Vasco Calixto;
- Presidente da Comissão da Educação e Ciência – Alexandre Quintanilha;
- Secretaria de Estado para a cidadania e igualdade - Tiago Rodrigues;
- Vice-Presidente da Assembleia da República - Teresa Caeiro.



Na Sessão Plenária estavam presentes, vários deputados da Assembleia da República, entre eles:

- Margarida Balseiro Lopes (PSD);
- Ivan Gonçalves (PS);
- Luís Monteiro (BE);
- Vânia dias da Silva (CDS-PP);
- Ana Mesquita (PCP);
- Eluíza Apolónia (PEV),

Nota: O PAN foi o único partido que não se fez representar. Compreensível dado ao reduzido número de deputados (1) e às dificuldades logísticas que isso acarreta.

Estes deputados da AR foram convidados a subir ao local onde costuma estar o governo, para que os deputados do Parlamento dos Jovens 2018 lhe colocassem as questões anteriormente preparadas e votadas nas comissões.

Findo esse período, foi a vez dos jornalistas saírem para a sala dos Passos Perdidos, com o objetivo de também eles colocarem algumas questões, estas de planeamento individual, aos deputados, que também eles se dirigiram ao mesmo local. Posteriormente, numa conferência de imprensa com o senhor presidente da



Comissão da Educação e Ciência, Alexandre Quintanilha, todos os tipos de perguntas, sobre todo o tipo de temas, até pessoais do orador, obtiveram resposta de uma pessoa capaz e merecedora do cargo que desempenha, mas também de um humano sensível ao outro e respeitador de todos.

De seguida à conferência, fomos até uma sala de grandes dimensões, onde podemos almoçar em modo bufê e, após este, relaxamos no agradável jardim que se encontra por de trás da Assembleia da República.

De volta sessão, agora na sua e última segunda fase (tarde), foi altura de escolher o Projeto de Recomendação.

Antes disso tivemos a oportunidade de ouvir umas “breves” palavras do senhor Ministro da Educação sobre a importância do Parlamento dos Jovens... que não foram assim tão breves. Levando o presidente



de mesa a pedir ao senhor ministro que finalizasse a sua intervenção rapidamente, pois tinha esgotado em muito o tempo que este lhe havia atribuído.

Deixando toda a sala e galerias, bem como o senhor ministro, bastante alegres e bem-dispostos, mas também cientes do rigor e seriedade com que todos os membros do Parlamento dos Jovens encaram a sua função e, neste caso, deixando em evidencia a competência do presidente de mesa, Vasco Calixto, que nem ao ministro da educação deixa esquecer das regras que constam no regimento.

A votação foi serena, sem grandes perturbações mostrando a preparação de toda a mesa.

Concluída a votação, as medidas que os deputados do Parlamento dos Jovens decidiram serem as melhores a implementar, para que exista, de facto, igualdade de género, foram:

Recomendação à Assembleia da República

Os deputados à Sessão Nacional do Parlamento dos Jovens/Secundário recomendam à Assembleia da República a adoção das seguintes medidas:

1. Revisão das folhas salariais pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) e pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) e aplicação de sanções às empresas que não promovam a igualdade de género.
2. Promover o acesso a cargos públicos e de chefia com base na meritocracia, reforçando a fiscalização da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE). Considerar crime público a discriminação salarial e profissional entre homens e mulheres com a mesma função e as mesmas habilitações no local de trabalho.
3. Alteração do prazo internupcial descrito no artigo 1605.º do nosso Código Civil para 180 dias quer para o homem, quer para a mulher.
4. Restruturação da disciplina de Formação Cívica (com uma carga horária de, pelo menos, uma aula por semana, adaptável a cada escola e com carácter obrigatório), atendendo ao facto de que o problema da desigualdade de género assenta na mentalidade das pessoas e a solução passa necessariamente pela educação e formação dos jovens com o tema obrigatório da igualdade de género.
5. Realização de ações de formação sobre a igualdade de género, para professores e outros profissionais, a serem implementadas nas escolas junto dos jovens. Dinamização de atividades e projetos em escolas com o propósito de alertar os jovens para as questões da 2/2 desigualdade de género, através de

campanhas de sensibilização para a mudança de mentalidades, o que seria conseguido através de outdoors, anúncios televisivos, spots de rádio e flyers.

6. Aplicação imediata de medida preventiva a todo e qualquer agressor(a), na sequência de denúncia de violência doméstica com demonstrações de ataque à integridade física, de modo a garantir a segurança da vítima e evitar que fique sujeita a qualquer outro tipo de violência (desrespeito à sua estabilidade profissional, à sua integridade física e/ou psicológica e à do seu agregado familiar).

7. Na sequência do reconhecimento de géneros não binários propomos o reconhecimento do terceiro género (X), em Portugal, de forma a assegurar os direitos e as liberdades de todos, alterando o n.º 2 do artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa, salvaguardando a igualdade de género.

8. Alteração da alínea b) do n.º 2 do artigo 58.º da Constituição da República Portuguesa, que passa a ter a seguinte redação: “A igualdade de oportunidades na escolha da profissão ou género de trabalho e condições para que não seja vedado ou limitado, em função do sexo e opções a nível de planeamento familiar, o acesso a quaisquer cargos, trabalho ou categorias profissionais”.

Aprovada na Sessão Plenária de 15 de maio de 2018.



Esta maravilhosa experiência acabou de uma forma onde todos nós podemos, sem música, cantar com toda a força e veracidade nos diversos sotaques e maneiras o ilustre peito lusitano, através do Hino Nacional, A Portuguesa.

Ali, todos representados, do norte ao sul, das ilhas aos que estão espalhados por todo o mundo, pusemos mão ao peito e ao trabalho, durante dois dias em que fomos tão patriotas como espero que qualquer governante deste país seja.

A política não se faz do sofá ou do café mais próximo.

A política tem de ser vivida, amada e respeitada, como qualquer um de nós, pois afinal ela não passa disso – a representação de todos nós.